



UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS
QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI



CÁRITAS E AÇÃO SOCIAL CATÓLICA: “caridade libertadora” como solidariedade

Karoline Parrião Rodrigues*

RESUMO

Estudo sobre a mediação da Cáritas no enfrentamento da questão social, considerando-a um organismo da Igreja Católica inserida no seu campo de ação social, que tem reconhecimento mundial e contribuiu para a expansão e consolidação das ações da Igreja Católica, incorporando elementos de solidariedade contrapostos. Sob influência das orientações progressistas do clero, eles são redimensionados, elegendo a “caridade libertadora” como base das ações da entidade e como referência de solidariedade.

Palavras-Chave: Solidariedade, Ação Social Católica, Caridade Libertadora e Igreja Católica.

SUMMARY

Study on the mediation of the Cáritas in the confrontation of the social matter, considering it an organism of the Church inserted Catholic in its social field of activity. This entity has world-wide recognition and contributed for the expansion and consolidation of the actions of the Church Catholic, incorporating opposed elements of solidarity, that, under influence of the progressive orientations of the clergy, are redimensionados, choosing the "liberating charity" as base of the actions of the entity and as solidarity reference.

Word-key: Solidarity, Social Action Catholic, Liberating Charity and Church Catholic.

1 INTRODUÇÃO

A Igreja Católica atua há séculos no enfrentamento da questão social e desde o seu surgimento cria mecanismos para mundializar suas ações visando consolidar e expandir seu poder. A estratégia para conquistar sua hegemonia foi a propagação de seu campo de ação social através da disseminação da sua doutrina e a aliança com setores dominantes da sociedade que financiaram sua constituição. Destaca-se a experiência da Cáritas, consolidada por uma rede internacional, que se constitui um organismo no campo de ação social da Igreja Católica. Esta entidade representa uma referência da ação católica na assistência aos pobres, eixo central da sua constituição e consolidação, assentada na temática da solidariedade. Nesse

* Graduada em Serviço Social

processo, nota-se que a Cáritas vai ser fortemente influenciada pelas orientações da hierarquia católica, e dos segmentos progressistas da Igreja, redimensionando sua prática e incorporando como solidariedade a “caridade libertadora”.

2 CÁRITAS COMO ORGANISMO DA AÇÃO SOCIAL CATÓLICA

Desde o seu surgimento, a Igreja Católica administra obras de assistência e caridade às pessoas em situação de pobreza ou qualquer tipo de necessidade que não conseguissem suprir sozinhas. Prova disso, é o fato de que era nas dependências da Igreja (mosteiros e conventos) que funcionaram os primeiros hospitais, orfanatos e leprosários. Conforme Castell (apud PEREIRA, 2005, p. 19) “A localização privilegiada das práticas assistenciais nos conventos e nas instituições religiosas corresponde, aliás, a uma espécie de mandato social da Igreja e que a torna a principal administradora da caridade”, considerada pela instituição um dos principais pilares da fé.

Esse foi um dos impulsos para a instituição conseguir reconhecimento em nível mundial, pois, ao se apropriar da questão social, ganhava a confiança e o estímulo do Estado e da burguesia, tendo em vista que o controle da pobreza era fundamental para a expansão capitalista, ao mesmo tempo em que adquiria confiança e respeito das classes subalternas.

Essa parceria consolida-se e, séculos depois, a Igreja lança um documento que irá expressá-la de modo tão claro, que ficou fortemente marcada na história da Igreja: a Encíclica Rerum Novarum (1891). Este documento oficial orientou a Igreja Católica por muito tempo, embasando sua prática e disseminando valores morais e cristãos como referência para o enfrentamento da pobreza. Nesta perspectiva, Manrique (1984, p. 44) assinala que

A Igreja conta com um discurso doutrinário centralizado (romano ou vaticano) que elabora as diretrizes gerais de compreensão dos problemas, estabelecendo normas genéricas para o exercício da fé católica. Entre seus instrumentos mais importantes destacam-se as encíclicas papais, que em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja católica.

No período de divulgação desta encíclica o capitalismo já havia ganhado forma e as conseqüências de sua expansão não paravam de se agravar, pois o processo de desenvolvimento beneficiava apenas os proprietários dos meios de produção, ao passo que, quem fornecia a mão-de-obra para tal progresso era premiado com as más condições de

trabalho, de salários, de moradia, enfim, à classe trabalhadora restava a generalização da pobreza e conseqüente agravo das desigualdades sociais. A Igreja, por meio, especialmente, deste documento, “busca fazer com que o trabalhador aceite sua condição. Assim, ela não contraria os interesses capitalistas, mas os reforça, contribuindo na inculcação dos princípios capitalistas nos trabalhadores” (CARDOSO apud PEREIRA, 2005, p. 21).

Como afirma Yazbek (2005, p.219), a Igreja tem importante papel nesse momento, pois, as “esmolas, que eram oficialmente recolhidas, e ações de caridade vão cunhar um modelo caritativo de assistência que recolhia dos ricos e distribuía aos pobres e que mesclava assistência e repressão”. Assim, afirma que desde a colonização a atuação da Igreja é marcada por esmolas e criação de instituições asilares e tutelares. São tomadas medidas filantrópicas e higienistas, segundo a autora, como forma de mediação da pobreza, e a Igreja se insere nesse processo, com suas entidades e ações filantrópicas e de assistência.

É mister destacar que ao final do século XIX e início do século XX as orientações socialistas e marxistas eclodiram no mundo e influenciaram grandes manifestações sociais de luta contra as práticas capitalistas de exploração e dominação, trazendo a possibilidade de um projeto alternativo de sociedade.

Nesse processo, a hegemonia da Igreja Católica ficou fortemente abalada e a mesma aliou-se mais uma vez ao Estado e às forças capitalistas no sentido de conter as massas revoltosas e combater o comunismo. Sua atuação se dá no sentido de dar respostas à pobreza e conter as agitações das classes subalternas. Mais uma vez reforça os interesses das classes dominantes à medida que modela a classe trabalhadora ao modelo vigente, deixando o caminho livre para o desenvolvimento dos capitalistas.

Assim, a Igreja reformula algumas ações e cria organismos para legitimar sua prática no referido controle da pobreza. Dentre eles, destacamos a experiência da Cáritas que se constitui numa rede internacional de grande reconhecimento. A Rede Cáritas *Internacionalis* faz parte da Igreja Católica desde o final do século XIX, com inauguração da sua primeira organização em Friburgo, na Alemanha, em 1897.

Essa entidade nasce da preocupação da Igreja Católica alemã em socorrer pessoas vítimas de catástrofes naturais, de guerras ou de situações de pobreza. Para tanto, realizava campanhas de arrecadação de alimentos e roupas e organizava a distribuição de tais donativos a quem necessitasse. Essa foi uma medida que serviu tanto para amenizar as conseqüências da expansão capitalista e da corrida pelo imperialismo do mundo, quanto para reforçar a consolidação desse sistema na medida em que as doações implicavam na acomodação e

intimidação dos que recebiam. Foi com esse assistencialismo caritativo que a Cáritas se expandiu pelo mundo e favoreceu em nível mundial aos interesses dominantes e da própria Igreja.

No entanto, esse posicionamento da instituição foi fortemente questionado, e, diante da influência dos intelectuais de cunho marxista – comunista, surgiu no próprio seio da instituição um movimento capaz de abalar sua hierarquia: a Ação Católica. Esse movimento, que dividiu a instituição entre conservadores e progressistas, possibilitou um redimensionamento nas práticas e no discurso da Igreja, sem o qual seria difícil reconquistar sua força. A partir disso nasceram vários outros movimentos dentro da Igreja, como por exemplo, a Teologia da Libertação, surgida no continente latino-americano, que teve importância ímpar no cenário político-social do continente e na própria “reestruturação” da Igreja Católica, haja vista sua influência no Concílio Vaticano II e demais eventos que seguiram sua linha e dimensão.

A Cáritas participou de grande parte desse processo, contribuindo de forma muito significativa para a internacionalização da Igreja Católica e expansão da sua tradicional prática na mediação da pobreza. Atualmente sua composição inclui: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e NOME – Oriente Médio e Norte da África, sete regiões. A Rede Cáritas é sediada em Roma e implantada em 200 países que contam com 162 organizações católicas de assistência, desenvolvimento social.

No Brasil, a organização foi criada em 1956. Nesse momento, vivia-se o período desenvolvimentista em que “as instituições direcionam seus programas para a política de integração participativa dos mais pobres no processo de desenvolvimento nacional” (YAZBECK, 2005, p.222). A Cáritas vai inserir-se nesse processo mediando programas assistenciais norte-americanos de doação material aos países pobres, como forma de aproximar as camadas pobres do desenvolvimento.

A Cáritas Brasileira em termos jurídico-organizacional tem buscado identificação como entidade de assistência social sem fins lucrativos, em conformidade com a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, especialmente o Art. 3º, Lei 8.742, que discrimina algumas atribuições da assistência social como: promover ações de assistência social voltadas aos mais diversos grupos sociais; articular e desenvolver estratégias de combate à miséria e à pobreza; participar das obras e movimentos direcionados à assistência e promoção humana e formar e capacitar agentes para a ação social (CÁRITAS BRASILEIRA, 2005). Conta com a presença de agentes remunerados, funcionários, mas,

em sua maioria, os agentes são voluntários, sendo preparados e atualizados permanentemente e devidamente regularizados. Assim, no seu estatuto, Capítulo I, parágrafo único, a organização apresenta sua competência:

realiza a assistência social gratuitamente, mediante convênios e campanhas junto às comunidades locais, contratos e convênios públicos e privados, com organizações nacionais e internacionais, alocando recursos materiais e humanos para seus programas normais ou para atendimento das vítimas emergenciais. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2005)

A Cáritas foi implantada no Maranhão em 1963. Inicialmente, executou ações numa linha totalmente caritativa, cumprindo os objetivos delimitados para a sua criação no país: “1) *articular, em plano nacional, todas as Obras Sociais católicas ou de inspiração católica*; 2) *planejar, executar e fiscalizar a distribuição dos donativos do povo norte-americano ao povo brasileiro através da CNBB.*” (CNBB, 2006, p.46) Ela surgiu a partir da expansão das ações da Igreja Católica na organização das obras sociais, especificamente, doações, com o Programa Alimentos pela Paz, coordenado pela Cáritas Brasileira, que consistia em doações de alimentos e roupas vindos dos Estados Unidos e teve sua ampliação no início da década de 1960, influenciando a criação da Cáritas-Ma. Esse Programa fazia parte de um jogo de interesses internacionais, que tinham seus desdobramentos nos chamados países periféricos, entre eles o Brasil.

Sob influência das orientações progressistas da Teologia da Libertação e da Ação Católica, a Cáritas modificou seus planos de trabalho, suas iniciativas e sua metodologia. Através das discussões internas refizeram seus objetivos que passaram a ser: “assistir, educar e promover pessoas, grupos e comunidades mais necessitadas, à luz da doutrina social da Igreja” (CNBB, 2006, p. 49). Retomando o documento da CNBB (2006) esse momento foi considerado como um renascimento para a entidade, pois, nesse período surgia a concepção de que a pobreza era causada pelas relações injustas e contraditórias entre as classes sociais, ou seja, fruto de estruturas econômicas e políticas, e que a forma mais eficaz de combatê-la é através da auto-emancipação do povo.

Como um organismo da Igreja Católica inserido no seu campo de ação social, a Cáritas passou por diversas fases desde a sua criação que seguem o próprio processo de consolidação e expansão da ação social católica. Assim, embora receba influência de orientações progressistas, têm o compromisso de divulgar e exercer a doutrina católica.

3 “CARIDADE LIBERTADORA” COMO CENTRALIDADE

A partir das orientações progressistas a entidade acredita ter ultrapassado o assistencialismo, conforme aponta a CNBB (2006, p.51) sobre a mudança das diretrizes da Cáritas:

surgia a consciência de que a pobreza e a miséria eram frutos de estruturas econômicas e políticas e sua superação exigia transformações estruturais. Por outro lado, essas transformações só seriam alcançadas com o protagonismo dos empobrecidos.

Seu discurso aponta para a importância da democracia e de sua real apropriação pelas classes subalternas, como forma de co-participação na vida pública. Para tanto, assinala “Em vez de distribuir bens materiais, previamente doados por pessoas ou instituições, para pessoas que deles têm carência, o que cabe à Cáritas é despertar as pessoas em relação aos seus direitos e apoiar sua organização para exigir sua realização” (CNBB, 2006, p.54).

Nesse sentido, destaca-se a atuação da Cáritas na organização ou participação de diversas manifestações sociais, como o Grito dos Excluídos, Plebiscitos contra a ALCA e a dívida externa, Fórum Social Mundial e Maranhense, Fórum de Economia Solidária, Comitê Estadual de Combate à corrupção Eleitoral e Administrativa, entre outros. Além disso, realiza diversos cursos e oficinas em parceria com a Rede de Intervenção em Políticas Públicas (RIPP) sobre orçamento participativo, resistência e organização popular, controle social, dentre outros. Essas são consideradas formas de combate à pobreza e conseqüente enfrentamento da questão social, na medida em que visa despertar nas classes subalternas a complexidade da realidade que as envolve e o próprio papel das mesmas na superação dessa condição.

As ações da Cáritas estão vinculadas à categoria solidariedade, entendendo que a mesma foi utilizada desde a sua origem, tanto por meio do seu nome, que significa caridade (considerada uma das formas de exercer a solidariedade), quanto pelas ações que desenvolvia que justificavam a escolha do nome pelo caráter assistencial. No decorrer de sua história a entidade se encarregou de modelar as formas de solidariedade que iria difundir na sociedade.

A Cáritas foi uma das entidades que incorporou o discurso da libertação e assumiu o exercício de colocá-la em prática. A partir das suas atuais linhas de ação verifica-se uma significativa mudança no tocante ao discurso da solidariedade, embora se encontre permeado de contradição. O discurso oficial aponta para a superação da caridade. Segundo a CNBB (2006, p.53):

Os problemas da vida das pessoas, das comunidades e de todo o povo não podem ser solucionados com práticas assistencialistas; elas transformam as pessoas em objeto da ação de quem tem recursos e/ ou poder de tomar iniciativa, aprofundam a dependência e consagram estruturas que provocam a pobreza.

No entanto, seu discurso está vinculado à doutrina cristã, à medida que apresenta a caridade como um princípio, um valor a ser seguido, porém, deve ser executado a partir de uma ótica libertadora, reconhecendo e considerando as estruturas desiguais da sociedade. Apesar de trazer a caridade como parte do conceito de solidariedade, no documento da CNBB (2006, p.85) em comemoração aos 50 anos da Cáritas no Brasil “Promovendo a Solidariedade” há uma definição de solidariedade que busca redimensionar esse elemento que é central. Nos termos do documento,

hoje, a solidariedade se expressa em práticas de democracia radical, em que cada pessoa e todas as pessoas são fonte de todas as formas necessárias para conviver com liberdade e justiça. Por isso, trata-se de uma solidariedade sempre em aberto, capaz de ser fonte de novas formas de organização e de exercício do poder. Capaz, também, de provocar avaliações: críticas do exercício do poder em vista de sua transformação, sempre em busca da prática de relações mais democráticas possíveis. É fundamental que seja assumido esse caráter histórico e essa dimensão política da solidariedade.

É essa “*caridade libertadora*”, que expressa de forma mais concreta a solidariedade na Cáritas, pois, segunda a entidade, tem como missão iluminar e reforçar práticas políticas democratizadoras. Para tanto, acredita que

a caridade, o amor libertador se faz presente em todas as formas de solidariedade, mesmo nas de socorro imediato, desde que realizadas como reconhecimento de um direito das pessoas e como um convite para uma prática maior de cidadania. E vai até as ações que têm como objetivo a transformação profunda das estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais de uma sociedade (CARITAS BRASILEIRA, 2003, p.22).

Essa *caridade libertadora* visa a emancipação do homem e, a partir disso, acredita que a libertação pode acontecer a partir das transformações ocorridas no cotidiano das pessoas beneficiadas pelos projetos que realiza. Ao mesmo tempo em que a entidade assume exercer a caridade, impõe uma nova roupagem, surge o elemento da libertação entendida como superação das condições de exploração e domínio capitalistas, como protagonismo dos sujeitos envolvidos nas suas ações para atuarem em prol das transformações na sociedade.

Entende-se que a caridade está vinculada à libertação como forma de justificar o

caráter evangelizador da entidade, considerando a sua vinculação à hierarquia católica, pois, é através da caridade que se expressam os valores cristãos presentes na doutrina da instituição. De outra forma, utiliza o termo libertação como influência dos vários segmentos da ala progressista do clero, que influenciaram na reformulação da prática social e pedagógica da instituição.

REFERÊNCIAS

CADERNOS CÁRITAS. Mística e Espiritualidade. Org. Ivo Poletto. Brasília-DF: Cáritas Brasileira, 2003.

CARITAS BRASILEIRA. Jubileu da Cáritas Brasileira: uma história pela mobilização social, 2006. Disponível em: <<www.caritasbrasileira.org/jubileu/NOTICIAS/NOT02.HTM>>, Acesso em 05/06/2006.

CARITAS BRASILEIRA. Cáritas na Promoção da Solidariedade: como organizar uma Cáritas. Série Cartilhas. Brasília – DF: Cáritas Brasileira, 2005.

COMEMORATIVA AO JUBILEU DA ENTIDADE, 1956-2006. 2006. São Luis: Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Boletim Informativo, Edição Especial nº 01.

CNBB. Cáritas Brasileira: 50 anos promovendo solidariedade. Estudos da CNBB nº 92. São Paulo: Pulus, 2006.

CASTRO. Manoel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 1984.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum:** carta encíclica sobre a condição dos operários. Tradução Manuel Alves da Silva. 13ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

MARTINELLI. Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1997.

PEREIRA, Ana Letícia Campelo Arruda. **SOLIDARIEDADE E SERVIÇO SOCIAL: “ajuda” como centralidade.** Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA; São Luis: 2005.

YAZBECK, Maria Carmelita. **A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento.** Revista de Políticas Públicas, São Luis, v. 9, n1, p.217-228, Jan/ jun, 2005.